PAUTA
PARA A 64ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 22 DE MAIO DE 2012

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de resolução nº 11, de 2012, de autoria do deputado Enio Tatto. Dispõe sobre normas regimentais para suspensão da impressão do jornal do Poder Legislativo e do Poder Executivo no Diário Oficial entregues na Assembleia Legislativa de São Paulo.

2 - Projeto de lei Complementar nº 19, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Transforma a Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP em entidade autárquica.

3 - Projeto de lei nº 329, de 2012, de autoria dos deputados Pedro Bigardi e Leci Brandão. Torna obrigatório o enterramento de linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão no Estado.

4 - Projeto de lei nº 330, de 2012, de autoria do deputado Vinícius Camarinha. Torna obrigatórias a fabricação e a disponibilização de sacolas e recipientes de plásticos semirrígidos flexíveis, totalmente degradáveis, para contato direto com alimentos e outros produtos a granel adquiridos no mercado.

2ª Sessão

Projeto de lei nº 328, de 2012, de autoria da deputada Ana Perugini. Dispõe sobre a segurança dos equipamentos de diversão instalados em parques de diversões, parques aquáticos e bufês.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 323, de 2012, de autoria do deputado Baleia Rossi. Declara de utilidade pública o "Instituto de Desenvolvimento de Limeira - IDELI", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 324, de 2012, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Declara de utilidade pública a "Associação de Basquete do Alto Tietê - ABAT", em Suzano.

3 - Projeto de lei nº 325, de 2012, de autoria do deputado Samuel Moreira. Declara de utilidade pública a "Associação Novo Tempo", em São Luiz do Paraitinga.

4 - Projeto de lei nº 326, de 2012, de autoria da deputada Ana Perugini. Institui o "Dia Estadual de Combate e Prevenção ao Câncer de Colo de Útero".

5 - Projeto de lei nº 327, de 2012, de autoria do deputado Geraldo Cruz. Dá a denominação de "Maria Olímpia de Souza Queiroz Maciel" à Escola Estadual Jardim Sônia Maria, em Itapecerica da Serra.

6 - Moção nº 40, de 2012, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que engendrem esforços para que a proposta de regulamentação da Anatel seja revista com a máxima brevidade possível no que se refere à redução do número de telefones públicos no território nacional.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 320, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 12.548, de 2007, que consolida a legislação relativa ao idoso.

2 - Projeto de lei nº 321, de 2012, de autoria do deputado Luiz Cláudio Marcolino. Institui o sistema de cotas para ingresso nas universidades públicas e nas faculdades de tecnologia do Estado.

3 - Projeto de lei nº 322, de 2012, de autoria do deputado Mauro Bragato. Cria a FATEC - Faculdade de Tecnologia, vinculada ao Centro Paula Souza, em Andradina.

4 - Moção nº 39, de 2012, de autoria do deputado Edinho Silva. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o PLC nº 34 de 2012, que dispõe sobre a criminalização da exigência de cheque-

caução, nota promissória ou qualquer garantia como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.

5ª Sessão

Projeto de lei nº 318, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Altera a Lei nº 14.707, de 2012, que dispõe sobre a denominação de prédios, rodovias e repartições públicas.

Em pauta por 15 (quinze) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 246 do Regimento Interno.

12ª Sessão

Projeto de lei nº 290, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2013.

Em pauta por 2 (duas) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 151 do Regimento Interno (Redação).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 197, de 2011, de autoria do deputado Orlando Morando. Dá a denominação de "Maria Pereira Lima" à passarela situada no km 12 da Rodovia Anchieta, SP 150, na Capital. Parecer nº 817, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

2 - Projeto de lei nº 610, de 2011, de autoria da deputada Regina Gonçalves. Dá a denominação de "Emy Anny Gehring Cardoso" à Rodovia SP 129 no trecho do km 58+100 ao km 75+920, divisa dos municípios de Tatuí e Itapetininga. Parecer nº 818, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

3 - Projeto de lei nº 946, de 2011, de autoria da deputada Maria Lúcia Cardoso Amary. Dá a denominação de "Mário Moro" ao trevo localizado no km 16 da SP 129, em Boituva. Parecer nº 819, de 2012, da Comissão de Justiça e Redação.

4 - Projeto de lei nº 987, de 2011, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Dá a denominação de "Padre Valentim Felipe Stefanoni" à via de acesso ao Município de Pereira Barreto pela SPA-621/310. Parecer nº 820, de 2012, da

Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

2ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 642, de 2011, de autoria do deputado Roque Barbiere. Declara de utilidade pública a "Casa de Referência Projeto Maria", da Paróquia Santa Rita de Cássia, do Município de Santa Rita do Passa Quatro.

2 - Projeto de lei nº 801, de 2011, de autoria da deputada Leci Brandão. Declara de utilidade pública a "Fraternidade Solidária São Francisco de Assis - FRASOL", em Ribeirão Preto.

3 - Projeto de lei nº 919, de 2011, de autoria do deputado Reinaldo Alguz. Declara de utilidade pública a "Associação Cristiane da Costa - ACC", em Jaboticabal.

4 - Projeto de lei nº 935, de 2011, de autoria do deputado José Cândido. Inclui no Calendário Turístico do Estado a Representação Cultural "Passos da Paixão", em Poá.

5 - Projeto de lei nº 996, de 2011, de autoria do deputado Campos Machado. Declara de utilidade pública a "Associação de Proteção aos Animais de Araçoiaba da Serra São Francisco de Assis - APASFA", naquele Município.

6 - Projeto de lei nº 1157, de 2011, de autoria do deputado Itamar Borges. Inclui no Calendário Turístico do Estado o projeto "Sonho de Natal", em Santa Fé do Sul.

7 - Projeto de lei nº 32, de 2012, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival JapanSul", na Capital.

8 - Projeto de lei nº 141, de 2012, de autoria do deputado Ed Thomas. Declara de utilidade pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Miguelópolis", naquele Município.

9 - Projeto de lei nº 165, de 2012, de autoria do deputado Pedro Tobias. Declara de utilidade pública a Associação de Voluntários no Combate ao Câncer de Piraju "Amigos Para Sempre" - A.V.C.C.P., naquele Município.

10 - Moção nº 20, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2011, que altera o art. 40 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer a criação da Zona Franca do Semiárido Nordestino, seja aprovada.

3ª Sessão

1 - Projeto de decreto legislativo nº 79, de 2007, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Acórdão prolatado no Processo TC - 29368/026/00, que julgou irregulares o contrato n° 401/00, a licitação, o termo de alteração n° 229/02, referentes ao contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Construtécnica Engenharia Ltda.

2 - Projeto de decreto legislativo nº 15, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no acórdão referente ao Processo TC - 020017/026/93, que verificou irregularidades em contrato firmado pelo Metrô (Companhia do Metropolitano de São Paulo) e a empresa BBL Bureau Brasileiro S/C Ltda.

3 - Projeto de decreto legislativo nº 16, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no acórdão referente ao Processo TC-031361/026/99, que julgou irregulares a licitação, o contrato e a despesa decorrente entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa Metrópole Engenharia e Comércio Ltda., objetivando a execução de empreendimento habitacional de interesse social (Iacri "G"), no município de Iacri. Parecer nº 86, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, contrário.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 19, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo referente ao processo TC- 0028958/026/03, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Duaço Engenharia, Construção Civil e Metálica Ltda.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 26, de 2008, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado,

no acórdão referente ao processo TC - 29371/026/04, que julgou irregulares a Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 008, de 2004, bem como o Contrato s/nº, de 27/08/2004 e o Termo Aditivo, de 25/02/2005 celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP e a Terraplanagem Dois Córregos Ltda.

6 - Projeto de decreto legislativo nº 27, de 2008, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento. Mantém a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC- 24085/026/01, que julgou irregulares a licitação, o contrato e o termo aditivo celebrado entre a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo e a empresa USS Assistência 24 Horas Ltda.

7 - Projeto de decreto legislativo nº 33, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao processo TC021048/026/2000, que julgou irregular a Concorrência Pública em exame, bem como o Contrato e os Termos Aditivos firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa COMAGI - Construções e Comércio Atayde Girardi Ltda.

8 - Projeto de decreto legislativo nº 48, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Considera regulares, nos autos do processo TC021974/026/2000, a concorrência pública, o contrato, o termo aditivo e outros termos firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa L. Castelo Engenharia e Construções Ltda.

9 - Projeto de decreto legislativo nº 55, de 2008, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Susta o contrato celebrado, em 2005, entre o Banco Nossa Caixa S.A. e a Empresa BSI Tecnologia Ltda., para o fornecimento de solução, composta de hardware, software e serviços, inclusive correlatos, para administração e controle de acesso dos usuários. Parecer nº 87, de 2009, de relator especial pela Comissão de Fiscalização e Controle, favorável.

10 - Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-40194/026/2002, que julgou irregulares a concorrência pública, o contrato e os termos aditivos firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Tecnosul Engenharia e Construções Ltda.

11 - Projeto de decreto legislativo nº 27, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Considera regulares, nos autos do processo TC 021467/026/05, a Tomada de Preços e o conseqüente Contrato nº 05/5618/03/02, celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Flasa Engenharia e Construções Ltda.

12 - Projeto de decreto legislativo nº 70, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Considera regulares, nos autos do processo TC-037823/026/06, o Pregão Presencial nº 455/05, o contrato e termos aditivos celebrados entre a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB e a empresa Unibanco AIG Seguros S/A.

13 - Projeto de decreto legislativo nº 81, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC 7358/026/2002, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato, bem como os termos de aditamento, firmados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa Dourado Comércio e Construções Ltda.